



ATA N.º 19/XIII-1º/2021-25

1 - Aos vinte cinco dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Pavilhão da Escola Secundária Emídio Navarro, sito na Avenida Rainha Dona Leonor, em Almada realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); Bruno Ramos Dias (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); João Eduardo Alves de Moura Gerales (CDU); Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Karim Hassan Quintino (BE); João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS); José Ricardo Dias Martins (PS); Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4 – Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) André Macedo Soares Ferreira (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), Inês Pezarat Bom (BE), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Olga Natália Maia Mariano (PS); Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); António Paulo Júnior (CDU); Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU), António Olaio da Silva (CDU), Maria Teresa Morato Cardinho (CDU) e Ricardo Antunes Martins Carneiro (CDU); João Carlos da Silva Jorge Antunes (PSD) por impedimento de Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD), Sónia Raquel Mota Faria (PSD), Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), Gonçalo Filipe Correia Fernandes (PSD), Fátima Maria Nogueira Marras (BE) por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE):

4.1.3 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica Trafaria, Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaíça (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Nuno Ricardo Augusto; o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda Pedro Miguel de Amorim Matias (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Vítor Miguel Lourenço.

4.1.4 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou faltas.

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Francisca Parreira, do Senhor Vereador Filipe Alexandre Pacheco,



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

da Senhora Vereadora Maria das Dores Marques Meira, do Senhor Vereador José Luís Bucho Matos e da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Município Nuno Pinheiro.

5.1.1 – O Senhor Município Nuno Pinheiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não vou falar de transportes hoje, ao contrário do que se poderia esperar, mas isso não quer dizer que eu tenha desistido, que nós possamos desistir e que esta questão não se vá levantar ainda durante muito mais tempo.

Vim falar de outra coisa. Hoje é dia 25 de junho, dia Nacional da Pátria Galega, mas não é propriamente disso que eu quero falar. É do 23 de julho, dia da Batalha da Cova da Piedade, é um marco muito importante da história de Portugal, é a partir da 2ª Revolução Liberal, depois da primeira em 1820, que se dá início à construção do Portugal moderno. É um marco que eu considero mais importante que o 5 de outubro. Porque é de facto, a altura em que a sociedade muda, mudam as estruturas de propriedade, é aquela altura em que podemos chamarmo-nos cidadãos, desaparece a ideia do poder vindo de Deus para o poder vir dos cidadãos, das pessoas da representação popular, apesar de não haver nessa altura voto universal, nem sequer República o instituiu, mas só com o 25 de Abril é que isso de facto aconteceu, mas de facto é essa altura.

Sendo um marco tão importante, e tendo Almada e Batalha da Cova da Piedade e estamos no sítio da Batalha porque as tropas absolutistas que vinham do Castelo de Almada, foram pela Mutela, portanto, exatamente por aqui até à Cova da Piedade, Almada merecia a evocação dessa data, merecia melhor do que aquilo que temos, temos uma avenida é verdade, mas merecia melhor. Merecia melhor e merecia concretamente um Centro de Interpretação dessa batalha. Eu conheço dois em Portugal, a Batalha de Vimeiro uma das batalhas importantes das invasões francesas, uma das batalhas em que se inicia a derrota das tropas napoleónicas tal como existe em Aljubarrota, eu penso que Almada deveria ter um Centro de Interpretação da Batalha de 23 de julho de 1833. Vi hoje por exemplo, que uma pertença historiadora, como temos pelo menos três pessoas da área aqui na sala, que eu saiba, sabemos bem o que são os historiadores e os que não são. Uma pertença historiadora hoje descobriu de facto, o que é que aconteceu, porque é que temos uma avenida 24 de Julho em Lisboa. 24 de julho é a entrada das tropas liberais em Lisboa. Mas isso só foi possível porque o 23 de julho aqui. Portanto, não posso neste momento e nesta situação não é de forma alguma proposta formal, mas essa proposta aparecerá, que Almada deveria ter um Centro de Interpretação da Batalha de 23 julho de 1833, da Batalha da Cova da Piedade, que é um marco importante na história de Portugal. Outros sítios, outras localidades, portanto, em Portugal há poucos, mas estou-me a lembrar por exemplo, na cidade em que eu estou mais frequentemente, em Inglaterra, que existe um Centro de Interpretação de Ricardo XXX e próximo daí um outro Centro de Interpretação da Batalha de Busworld Field que se deu naquele sítio e que foi decisiva para fim da Guerra das Rodas, o Ricardo XX nós conhecemo-lo melhor da peça de Shakespeare, mas é uma personagem real e foi encontrado enterrado num parque de estacionamento. Tem piada que ele era tão mau que o deixaram 500 anos no parque de estacionamento. E há outra piada que é e agora imaginem o que ele tinha de pagar, e, portanto, eu penso que isto é uma situação importante para Almada, ter um Centro de Interpretação da Batalha da Cova da Piedade, algures entre a Cova da Piedade e Cacilhas, mas as soluções concretas não é propriamente a altura para as dar. Por exemplo, na Escola António José Gomes, é um exemplo num sítio onde poderia ser e que isso enriqueceria a nossa cidade, seria um chamariz turístico, seria uma maneira de nós darmos uma projeção à história do século XI português, que é muito pouco conhecida mesmo dos próprios portugueses.

E, portanto, eu acho que podíamos fazer isso e ao mesmo tempo instituir também uma bolsa de estudo para mestrandos ou doutoramentos relacionados com o assunto em universidades portuguesas ou estrangeiras.”

5.2 - Em resposta ao Senhor Município, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.



JK

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Caro Nuno Pinheiro, agradecer a sua intervenção, agradecer a sua sugestão, deixe-me só lhe dar duas notas. Uma delas quando transformamos de alguma maneira a designação do Museu da Cidade, para Casa da Cidade, dentro do Museu de Almada, que tem vários núcleos, o que se propunha também naquele espaço, é que todos esses eventos que não têm ainda espaço, eu não estou a pôr de parte a possibilidade de um Centro de interpretação, mas que fosse de facto, o espaço onde a história, o urbanismo, o desenvolvimento, as várias vertentes daquilo que é a evolução de uma cidade, pudesse acontecer.

Dar nota que, para o ano faz cinquenta anos da cidade de Almada, e estamos a trabalhar também até com a criação de Comissões, para tentar criar uma programação que seja abrangente também em relação à sua história e, portanto, estou certa que aqui também será um bom momento para ir buscar episódios históricos, a história tem que ser sempre contada, porque há novas gerações que chegam, e naturalmente estamos disponíveis para pensar espaços que possam vir a ser criados, não sei se é um espaço único, considero muito interessante a hipótese por exemplo, de sim, financiarmos ou sermos parceiros em relação a estudos específicos dessa época, é algo que eu tenho também dito várias vezes que as Câmaras Municipais, eu defendo que as Câmaras Municipais devem participar nisso, até quando se trata da sua própria história, temos muitos protocolos com universidades, naturalmente, com a FCT para assuntos mais técnicos, ambientais e outros, mas porque não também do ponto de vista histórico.

Portanto, agradeço mesmo muito a sua proposta e a reflexão que lança aqui.

A Escola António José Gomes, como sabe nós temos tido vários projetos para lá, neste momento, eu ainda aguardo uma resposta dos Centros de Ciência Viva, porque a hipótese era fazer lá um núcleo de Ciência Viva, mas é preciso que a equipa da Ciência viva, aliás, fui lá com a Professora Elvira Fortunato, para Almada poder ter um pequeno Centro de Ciência Viva e optávamos por aquele espaço que nos parece um espaço cheio de potencialidades e era um centro que fosse mais dinâmico, mas isso não invalida que possa haver outros espaços, mas acho que mais importante do que estar a fazer um espaço único, é começar a fazer passar essa história que é uma história que tem toda a razão, a história é do século XIX, e em particular da guerra civil entre liberais e absolutistas é muito pouco conhecida pela maior parte dos portugueses, e há outra coisa que é muito pouco conhecida e que Almada também tem um grande passado, que é de facto a história da República, não é apenas datas é os movimentos também, e por exemplo o Movimento Republicano que em muitos casos era herdeiro de liberal, trouxe de facto à nossa cidade.

Portanto, estou totalmente de acordo e totalmente disponível para podermos começar a pensar ir mais longe também na reabilitação da divulgação da história da nossa comunidade.”

6 – Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.1 – Para apresentar Declarações Políticas usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP) e Karim Hassam Quintino (BE).

6.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na anterior Sessão desta Assembleia Municipal, nós referimos que uma das melhores formas de conseguir alguma resposta do executivo, seria de vir aqui a esta casa. Portanto, há uma reclamação e que a resposta seria inequivocamente: “amanhã alguém lhe vai ligar”. Descobrimos uma nova forma de conseguir resposta deste executivo. É apresentar reclamações no Portal da Câmara Municipal, reclamações datadas de 5 de maio, respondidas a 14 de julho, de uma forma totalmente inovadora: “resolvido”. E o problema era um terreno com passadiço, utilizado por crianças em muito mau estado, com espécies invasoras em que era impossível circular. E foi dado como resolvido. Isto são fotos de hoje, tudo “resolvido”. Tiradas hoje às 16H00. O “resolvido” é este o estado em que uma criança pode partir uma pena, em que o passadiço e o espaço está assim. O “resolvido”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ficou assim. Depois posso fornecer o código do processo ao executivo e as fotos, mas este é o “resolvido” de dia 14 de julho. É assim que está na Charneca de Caparica.

Relativamente aos transportes, passados vinte e cinco dias da implementação da Carris Metropolitana, o caos da vida das pessoas mantém-se. Alertamos aqui neste mesmo palanque para necessidade de evitar criar problemas para a população almadense. Aqui fomos ignorados pelo executivo, mais grave, tentarem ignorar quem vem aqui falar.

As reuniões que decorreram esta semana e que continuam a decorrer e terminam amanhã, demonstram que inequivocamente, deveriam ter acontecido há meses.

Diversos munícipes queixaram-se e disseram que as reuniões deviam ter sido antes, preventivas, e não depois. Mas não! O executivo não validou as necessidades da população, dentro de um gabinete decidiu e permitiu que outros decidissem, sem nunca ouvir os Almadenses. Apesar da larga afluência dos munícipes, as queixas nas redes sociais, nas reuniões eram comuns. Como podemos chegar a uma reunião às 18H00 se ainda estamos à espera dos transportes para sair do trabalho.

Temos o Porto Brandão ainda isolado de Almada, como aconteceu este sábado onde não circulou um transporte, sábado o dia todo, domingo foram dois. Tivemos idosos de 83 anos a descer 2 Km. Porque não tinham outra forma de ir para casa.

Temos Almadenses por todo o Concelho horas perdidas em paragens ao sol.

Temos que a árvore que nasce torta, tarde ou nunca se endireite e é o que se passa com os transportes. Estamos em julho quase em agosto, perguntamos o que será das nossas crianças em setembro. Qual é a percentagem da cobertura da rede que estará a funcionar nessa altura e quem levará os nossos filhos às escolas.”

6.1.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Relatório da Inspeção Geral da Administração Interna, traçou um cenário preocupante para as Forças de segurança. Resultado do Relatório baseado nos factos referentes a 2021, conclusões essas que deixam os profissionais das Forças de Segurança preocupados no que respeita não só às suas condições laborais, mas também no que respeita aos bens materiais e equipamentos e à sua disposição na defesa das populações.

Não se cansa de afirmar o Governo do Partido Socialista, com maioria absoluta na Assembleia da República, de que Portugal é dos países mais seguros do mundo, contudo o mesmo Governo omite que essa segurança efetuada pelas Forças Policiais, em condições difíceis devido ao parco investimento que tem sido feito nas Forças de Segurança, apesar de muita propaganda tentando demonstrar o contrário.

É inequívoca a dedicação que os profissionais das Forças de Segurança têm todos os dias para dignificar a sua profissão e honrar o seu juramento, mesmo debaixo de condições que ficam muito aquém do que seria esperado para a profissão.

A falta de efetivos, a falta de equipamentos e de material circulante, a degradação e manutenção das esquadras da PSP, aliás, como vimos hoje no Porto, e dos postes da GNR tal como a construção de outros, são dos problemas que mais assolam as Forças de Segurança, problemas esses que se arrastam há anos sem fim à vista, comprometendo a eficácia do policiamento de proximidade junto das populações.

A juntar a estes problemas, os profissionais das Forças de Segurança também se confrontam com a falta de um subsídio de risco muito mais equilibrado e adequado à sua profissão e a falta de revisão e atualização justa das remunerações nomeadamente da GNR, o que deixa os mesmos apesar de todo o espírito inquestionável da sua entrega, fortemente desmotivados afastando ainda aqueles que pretendem iniciar carreira nas Forças Policiais, pois não se torna mais apelativa.



De Norte a Sul do país, da Madeira aos Açores, há necessidades urgentes por cumprir no que diz respeito ao investimento nas Forças de Segurança.

O Distrito de setúbal, é um dos Distritos onde os índices de criminalidade registada, é das mais elevadas. Não fica atrás, antes pelo contrário, na preocupação com falta de investimento nas Forças de Segurança e quando Almada em dados do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) é o Concelho com mais criminalidade registada.

Neste caso, Almada, os meios materiais ficam aquém do necessário para o cumprimento das missões, tal como continuam sem soluções o mais do que desejado e necessário o novo quartel da GNR da Caparica, considerando que o velho posto da Trafaria, há muito que deixou de ter condições para o seu exercício ou ainda o impasse inusitado, da transferência da Força de Intervenção da GNR, situada no Castelo de Almada, para a Charneca de Caparica, onde tornaria a força mais eficaz e as populações melhor servidas e mais protegidas.

Deste modo e perante os factos atrás mencionados, exige-se do Governo que aprofunde o investimento nas Forças de Segurança, nomeadamente no Concelho de Almada, com a dignidade que as mesmas merecem ao invés de um investimento tímido e panfletário como tem acontecido até aqui.”

6.1.3 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mais uma semana se passou, mais uma semana de caos nos transportes públicos de Almada.

Conseguiu-se a proeza de piorar aquilo que já era mau. Vemos autocarros vazios e ao mesmo tempo dezenas de pessoas à espera nas paragens, sem placas informativas dos tempos de espera, sem abrigos onde as pessoas se possam proteger do sol ou da chuva, sem bancos para as pessoas se sentarem.

Pessoas que foram obrigadas a alterar por completo as suas rotinas, que demoram horas para chegar a casa, que podem ficar desempregadas porque decidiu-se tornar Almada num tubo de ensaio da Área Metropolitana de Lisboa, como se os almadenses fossem ratos de laboratório. E tudo isto acontece porque este executivo camarário preferiu não ouvir as pessoas.

Prova disso mesmo são as sessões de esclarecimento que têm tido lugar nestes últimos dias, que vieram demonstrar que são as pessoas que têm esclarecido a Câmara e não o contrário.

O que os utentes exigem, e bem, é menos conversa e mais ação. Não querem muitos discursos nem posturas paternalistas; querem apenas chegar a horas aos seus trabalhos e a tempo de chegar a casa para ver os seus filhos, para jantarem com a família, para terem algum tempo de lazer.

Dizia o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, numa destas sessões, que esta “não é a rede que a Câmara de Almada quer, não é a que a população quer, e não é também a que a TML quer.” Então, mas se ninguém queria esta rede, Senhor Vereador, porque é que ela foi implementada?

Dizia também um representante da TML que as decisões tomadas “nada tiveram a ver com questões economicistas”. Mas se as decisões tomadas nada tiveram a ver com “questões economicistas” nem claramente tiveram a ver com os interesses dos utentes, porque é que elas foram tomadas?

Perguntamos, e perguntam os utentes: como é que se deixa para segundo plano o prolongamento das linhas do Metro Sul do Tejo, até à Charneca de Caparica ou à Costa de Caparica?

Perguntamos, e perguntam os utentes: como é que se permite que a Transtejo continue a ter condicionamentos nos seus trajetos, em prejuízo dos trabalhadores – inclusivamente dos da Transtejo – e dos utentes?

E antes que a Sra. Presidente nos acuse de fazer política partidária para tirar dividendos desta situação, queremos referir que a única coisa que o Bloco de Esquerda quer e exige é que a rede de transportes públicos de Almada seja pensada de acordo com os interesses de quem aqui vive, estuda e trabalha.

Cá estaremos para cumprir o nosso mandato com responsabilidade e competência, e desempenhar o nosso papel fiscalizador que nos foi conferido pela soberania popular das e dos almadenses.”

6.2 – Debate usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O motivo da minha intervenção é exatamente para poder exercer o contraditório de muitas das coisas que aqui foram ditas na área da Segurança Interna.

Nós temos de facto, um país que é um dos países mais seguros de todo o mundo e parece que existem várias Forças Políticas que lidam muito mal com essa questão. Eu diria que, aquilo que aqui foi ou se tentou indiciar, é que somos um país não seguro, sem qualquer condição e que não é feito sequer o termo comparativo com qualquer outra época que o país viveu ou com qualquer outro país deste mundo.

Em relação aquilo que tem sido o investimento nas Forças de Segurança, porque é importante referir, que o Governo do Partido Socialista, tem feito um esforço em modernizar e criar as condições necessárias dos profissionais de policia e de quem utiliza os serviços das esquadras e dos postos territoriais, e, portanto, fez um investimento desde 2017, no âmbito da Lei de Programação, que até então não tinha existido, de cerca de 340.000.000.00€ (trezentos e quarenta milhões de euros). 340.000.000.00€ (trezentos e quarenta milhões de euros) que representam cerca de 75% daquilo que era o que estava programado, sendo que o valor remanescente passou para um novo ciclo de investimentos, que é agora de 22 a 26. Mas há uma coisa que tem que ser dita. Antes de 2015, haviam membros no Governo do CDS com responsabilidades nesta área que não executaram uma obra, não aumentaram um cêntimo, nem aos Policias, nem aos Militares da Guarda. Que não deram nem uma melhor condição nem aos Policias nem aos Militares da Guarda. E aquilo que aqui é dito que não é feito um esforço para dar um subsidio de risco digno aos Policias e aos Militares da Guarda, é uma opinião, mas vamos a factos. Os Policias neste momento e graças a uma maioria do Partido Socialista, e de na altura dos seus parceiros de coligação na Assembleia da República, fizeram aprovar uma norma na Lei do Orçamento do Estado, que obrigou a uma revisão do subsidio de risco e de serviço nas Forças de Segurança, que passou de uma componente fixa de 30.00€ (trinta euros) para 100.00€ (cem euros), o que representa um aumento de 70.00€ (setenta euros), mas num subsidio que não é só de 100.00€ (cem euros). Não há nenhum Agente nem nenhum Militar da GNR, que não tenha um subsidio inferior a 290.00€ (duzentos e noventa euros) e em média os subsidios são cerca de 375.00€ (trezentos e setenta e cinco euros). E, portanto, pegar num número que é só uma componente de um subsidio de risco, é no mínimo não ter uma atitude séria perante aquilo que é o trabalho destes homens e destas mulheres, que estão sempre disponíveis, que têm de estar disponíveis, que com todo o esforço e todo o mérito trabalham para o bem de toda a nossa sociedade e para que continuemos a ser um dos países mais seguros de todo o mundo, contra tudo e contra todos e contra muitos daqueles que não querem que assim seja.”

6.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou tentar responder aos Senhores Deputados Municipais Nuno Mendes e Karim Quintino.

Os Senhores podem sempre continuar a repetir à exaustão, que eu sei que vos dá muito jeito, a dizer que a responsabilidade do que se está a viver é da Câmara Municipal. E eu volto a repetir aquilo que tenho dito em todas as reuniões que temos tido, por enquanto em quatro Freguesias e amanhã, terça-feira, estaremos no Laranjeiro Feijó, que é a Câmara Municipal nunca fugiu a nenhuma das suas responsabilidades. Mas a Câmara Municipal também não tem que assumir responsabilidades que claramente não são as suas.

Há um facto, o facto é que a rede, aliás, que percentagem da rede é que teremos a funcionar Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes? Pois, isso é a grande preocupação da Câmara Municipal. Que percentagem da rede prevista é que teremos a funcionar? E volto a dizer que estas reuniões têm sido extraordinárias porque os almadenses das diferentes Freguesias têm sido extraordinários e sim, é verdade que são eles que muitas vezes nos informam, porque infelizmente, nem sequer um sistema de monitorização da frequência de autocarros e dos percursos de autocarros está a funcionar, e isso meus Senhores, é óbvio que não é responsabilidade da Câmara Municipal. Poderá haver erros e as pessoas têm salientado ou erros de paragem, ou uma carreira que



passava por aqui e que passou por outro lado, tudo isso já está a ser delineado e ser corrigido, aqui como noutros Municípios, há trajetos novos, há carreiras novas, e estávamos todos preparados para fazer os ajustes e as correções. Agora, nós não podemos é corrigir quando não há autocarros, não há, autocarros, motoristas o que for, e isso eu adorava que estivesse no nosso poder de resolver, mas como os Senhores muito bem sabem, até porque estiveram nas reuniões, sabem bem, que infelizmente, não é o caso. Não é o caso em Almada, não é o caso no Seixal, não é o caso em Sesimbra, não é o caso em Setúbal, não é o caso em Alcochete, não é o caso na Moita, e ainda bem que os nossos parceiros da Margem Norte ainda não avançaram com as operações. Ainda bem, ao menos que aquilo que nos está a acontecer sirva para outros terem mais cuidado e que sobretudo faça com que todos tenhamos a consciência que não é possível dizer a um Município, garantir a um Município, quem tem competências para o fazer, que a rede que está em condições de arrancar, 15 dias depois, não estando visivelmente. Não estando e os horários visivelmente, gritantemente não estando a ser cumpridos.

Temos ali, aliás, umas senhoras que disseram que viriam a todas e ainda bem que vieram, não fizeram intervenção, mas eu estou aqui também para vos falar e para vos agradecer os alertas permanentes que nos têm dado e elas próprias ouviram a garantia em como os autocarros iam ser repostos, foram repostos dois dias, dois dias depois de novo deixaram de funcionar. E, portanto, não nos vamos enganar, aqui temos de estar todos juntos da população, a representar todos aqueles que nos puseram neste lugar, para exigir que os seus direitos sejam de facto respeitados. Exigir a todos aqueles que estão envolvidos e que cada um assumindo as suas responsabilidades.

Portanto sim, eu tenho um agradecimento profundíssimo às pessoas que por falta de mecanismos, de plataformas, de tudo o que nos explicam, são elas que têm sido as maiores aliadas para que a toda a hora, a todo o momento, a Câmara Municipal possa alertar que não está a ser cumprido. É o horário que não está a ser cumprido, é carreira inteira que não está a ser cumprida, é o trajeto que não está a ser cumprido e é isso que temos feito.

Deixem-me, no entanto, tecendo duras críticas a quem tinha responsabilidade de fiscalizar e de avaliar se de facto estávamos em condições de arrancar, assim como os critico também tenho que agradecer o facto, da TML a toda a hora ter estado em todas as reuniões, ainda hoje voltou a estar presente na análise que estamos a fazer, linha alinhada, horário a horário, carreira a carreira, se houver coisas para corrigir, corrige-se. Agora, há um problema fundamental, é de facto, eu não sei se os TST não estão a cumprir, e a partir daqui faremos a seu tempo essa avaliação. Há carreiras novas? Há rede nova? Há sim senhor; há novos percursos? Há sim senhor; precisam de melhorar a informação junto das populações? Precisam sim senhor; nós já nos disponibilizamos mil vezes e poderei fazê-lo. Agora, a Câmara Municipal nunca irá dar uma informação às pessoas que mais uma vez será errada e com percursos, com horários sobretudo, que não estão a ser cumpridos. Isso é que a Câmara Municipal no seu rigor e no seu compromisso sobretudo com os Almadenses, não fará é estar sistematicamente a prometer, a garantir que há um serviço que vai ser retomado, é retomado dois dias e depois deixa de o ser. Isso é absolutamente inaceitável.

Não há nenhum experimentalismo, não há esta coisa de: estas reuniões tinham que ser antes. O problema destas reuniões é que não podiam ser antes porque o problema não está numa rede experimental. O problema está numa rede e num serviço que não está a ser cumprido. Portanto, nós nunca poderíamos adivinhar que um serviço inteiro não ia ser cumprido.

Volto a dizer, a rede de Almada foi elaborada inicialmente por uma empresa que nos merece a maior confiança que era a TIS – Consultores em Transportes, Inovação e Sistemas, com base nos estudos de mobilidade que foram feitos pela AML e especificamente para Almada, foi algo que foi construído depois foi analisado pela Área Metropolitana de Lisboa, com uma segunda empresa que era a whiteo goo, depois criou-se um caderno de encargos e depois a partir do caderno de encargos passou para a TML para aplicação e operacionalização. Tudo foi feito com o máximo rigor e equidade. Agora, o que de facto era impensável, era chegarmos a esta altura e dizem-nos: não há motorista, não há autocarro, não serviço público. Garanto que ninguém mais do que eu e o Senhor Vereador, temos absolutamente a toda a hora exigido, reivindicado, mas com a esperança e garanto que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

continuaremos a reivindicar e exigir até que de facto, o serviço esteja todo em condições e a ser fornecido na sua totalidade. E, entretanto, o que houver a corrigir continuaremos a corrigir.

Entretanto, quer dar nota também, de algo muito importante que é, que uma das nossas prioridades da famosa rede de Almada, é no mínimo, um barco, um autocarro. Escusado será dizer que não está a ser cumprido, e, portanto, quero dar aqui um agradecimento à WEMOB, que alterou o percurso do Flexibus de Pêra, para poder passar em Porto Brandão e colher aquelas pobres pessoas que não têm sequer como subir até lá acima. E se me permitem, quero dar aqui os horários da rota de Pêra/Flexibus: 7H20, 08H35, 09H20, 10H15, 11H15, 13H40, 15H30, 16H15. Estamos a transportar cerca de cinquenta passageiros por dia nos nossos Flexibus, é o que temos, para já não temos mais, de modo a ser o mais regular possível e poder. Agora, isto não é uma solução, isto é mesmo um remendo, porque o tem que acontecer, é as carreiras que estavam previstas para Porto Brandão, estarem em Porto Brandão e volto a dizer, não era com um intervalo de seis horas, não era sequer de hora a hora, era de meia em meia hora, é isso que está previsto, é isso que está no caderno de encargos, é isso que todos os/as Senhores/as Deputados/as Municipais podem ter acesso e têm acesso quando entenderem e quiserem.”

7 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada”;

7.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, a apresentação é breve, eu dizia há pouco que a Câmara Municipal assume sempre as suas responsabilidades e aqui é um desses casos. Ou seja, houve claramente um erro quando foi carregado o documento para aprovação seja em reunião de Câmara e depois segue diretamente para a Assembleia Municipal da Nova Estrutura Orgânica, como a falta de páginas, ou seja, a falta das páginas que continham desde o artigo 1º até ao artigo 20º, e que quando se foi fazer a verificação para a publicação, deu-se nota deste erro que é um erro que obviamente, urge resolver até porque são todas as normas genéricas.

Por esse facto, naturalmente, em nome dos serviços e em nome da Câmara Municipal, pedimos as nossas desculpas, e lamentando que por uma vez ninguém nos alertou para o facto de que faltavam vinte artigos no documento que foi apresentado.

Devo dizer que foi um documento muito trabalhado, não há qualquer tipo de alteração ao texto, foi quando se anexaram os documentos à proposta, foi anexado o documento errado.

Portanto, a explicação é só essa, com toda a frontalidade e transparência, e pedindo naturalmente desculpa por este facto, e já foi aprovado em reunião de Câmara no passado dia 18, para haver uma correção material disto e aqui trazemos de novo também para o processo normal de aprovação de um documento desta importância, mas também desta complexidade.”

7.1.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta, tendo sido aprovada por maioria com 21 votos a favor, sendo 17 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta da União de Freguesias e Junta de Freguesia que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do PAN; 6 abstenções sendo 3 dos eleitos Grupo Municipal do BE, 2 dos eleitos do Grupo Municipal CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP; 11 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integra, do através da seguinte:



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

DELIBERAÇÃO

A Assembleia Municipal de Almada aprova nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea m), anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e para os efeitos do disposto no Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro, a Nova Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Almada, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 18 de julho de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-412-GP.

8. Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 22H20, deu-se por concluída a agenda da Reunião da Sessão Extraordinária de julho da Assembleia Municipal,

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhor Vereador José Pedro Ribeiro, Senhora Vereadora Débora Figueiredo Rodrigues, Senhor Vereador Guilherme Ferreira, Senhora Vereadora Lina Gonzalez, Senhor Vereador António Sousa Matos, Senhora Vereadora Helena Azinheira, Senhora Vereadora Mara Rita Martins, Senhora Vereadora Catarina Matos Pé-Curto e Senhor Vereador Fernando Cruz.

10 – Foi verificada a presença de cerca de quinze munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

A 2ª SECRETÁRIA _____

